



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

REQUERIMENTO Nº , DE 2019.

(Da Sra. Alice Portugal)

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Educação destinada a debater o Programa Future-se e suas consequências para as universidades federais brasileiras.

O Ministério da Educação lançou oficialmente o Programa Future-se que, segundo o Secretário de Educação Superior, vem sendo desenvolvido no âmbito do ministério há meses, sem a participação das universidades federais.

Não parece ter sido por acaso a decisão de alijar os reitores e reitoras do processo de construção desta proposta. As manifestações públicas do MEC sugerem que as Universidades são locais de produção de balbúrdia, com má gestão e doutrinação ideológica. Tais preconceitos parecem ser a explicação para que o MEC não tenha chamado essas instituições públicas para discutir a proposta de futuro para a educação superior do país, desconsiderando o fato de que os reitores e reitoras são os representantes legítimos das Universidades, escolhidos por suas comunidades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

O projeto de financiamento privado das universidades federais, anunciado com pompa pelo Ministério da Educação é uma deformação completa do que são os mecanismos que fazem a supostamente ideal fórmula norte-americana para ampliar a pesquisa e desenvolvimento.

Primeiro, é uma mentira grosseira que sejam as empresas quem financiem a maior parte das pesquisas nos EUA.

Segundo as estatísticas oficiais do governo Donald Trump, dos US\$ 75,3 bilhões investidos em Pesquisa (Research, para eles) e Desenvolvimento nas principais unidades de ensino superior – as que tiveram gastos no setor acima de US\$ 1 milhão, que representam 99,8% do gasto – US\$ 40,3 bilhões vieram do Governo Federal, US\$ 4,25 bi de governos estaduais e municipais e quase US\$ 19 bilhões de fundos próprios das instituições (o que inclui mensalidades, taxas, doações recebidas e outras receitas).

Isso dá nada menos que 84% do financiamento de pesquisa e desenvolvimento total no ano fiscal de 2017 – que foi até setembro passado. As empresas participaram com US\$ 4,43 bi e instituições sem fins lucrativos com US\$ 5,13 bilhões.

A “genial” ideia de aplicar uma “Lei Rouanet” no financiamento universitário é outra fraude contida no tal Future-se. Os recursos aplicados via Lei Rouanet são deduzidos dos impostos que as empresas têm de pagar aos governos e, portanto, é dinheiro público ou está em vias de ser, caso seja recolhido como imposto.

Diante do alijamento das universidades federais brasileiras de todo o processo de construção de um programa que afetará



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

diretamente todas elas, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados tem o dever de chamar para si este debate ausente e promover ampla e democrática discussão sobre o assunto que interessa a toda sociedade.

Para assegurar o amplo debate sobre o Future-se, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 24, inciso VII, e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que a Comissão de Educação realize Audiência Pública para discutir o Programa Future-se e suas consequências para as universidades federais brasileiras.

Requeiro anda que a Comissão de Educação promova, em parceria com as universidades federais, a realização de seminários em todas as regiões do país destinados a debater o Programa Future-se.

Por fim, requeiro a V. Exa. Que sejam convidados para participar da Audiência Pública da Comissão de Educação as seguintes autoridades:

- 1- Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub;
- 2- Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, Reitor João Carlos Salles Pires da Silva;
- 3- Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, Yago Montalvão;
- 4- Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, PROIFES-Federação , Nilton Brandão;

5- Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES/SN, Professor Antonio Gonçalves Filho.

6- Coordenador da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil - FASUBRA, Antônio Alves Neto.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Alice Portugal

Deputada Federal